

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
LABORATÓRIO DE GESTÃO EM SAÚDE

Wallace de Sousa Rosa

CONTROLE DO ESTADO SOBRE A IMPRENSA DURANTE A DITADURA CIVIL-
MILITAR NO BRASIL

Rio de Janeiro

2011

Wallace de Sousa Rosa

CONTROLE DO ESTADO SOBRE A IMPRENSA DURANTE A DITADURA CIVIL-
MILITAR NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola Politécnica de Saúde Joaquim
Venâncio como requisito parcial para
(aprovação no curso técnico de nível médio
em saúde com habilitação em Gerência em
Saúde

Orientadora: Muza Clara Chaves Velasques

Rio de Janeiro

2011

Wallace de Sousa Rosa

CONTROLE DO ESTADO SOBRE A IMPRENSA DURANTE A DITADURA CIVIL-
MILITAR NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola Politécnica de Saúde Joaquim
Venâncio como requisito parcial para
aprovação no curso técnico de nível médio em
saúde com habilitação em Gerência em Saúde

Aprovado em 22/11/2011

BANCA EXAMINADORA

(Dra. Muza Clara Chaves Velasques – FIOCRUZ / EPSJV / LABFORM)

(Dr. José Roberto Franco Reis - FIOCRUZ / EPSJV / LABFORM)

(Ms. Paulo Henrique Barbosa - FIOCRUZ / EPSJV / LABFORM)

*Dedico este trabalho aos meus pais, João
Januário Rosa e Marianalva Sousa Rosa; aos
meus amigos que tive na minha passagem pela
EPSJV; e aos meus amigos da Assembléia de
Deus de Caetés.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu capacidade de chegar até aqui.

Agradeço à minha família pelo apoio que me deram, pois sem ajuda dela não conseguiria o que consegui hoje.

Agradeço a minha orientadora Muza Clara Chaves Velasques que me orientou na construção deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho busca discutir a questão do controle exercido pelo Estado brasileiro no período da ditadura civil-militar (1964-1985). Este controle tinha como objetivo impedir a disseminação de qualquer tipo informação que fosse contra o governo militar, além disso, governo buscava disseminar sua ideologia e legitimar o regime militar através de Aparelhos de Ideologia de Estado, públicos, como a AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas) e algumas empresas privadas que trabalhavam com meios de comunicação em massa. Com a intenção de construir uma imagem positiva do país, o governo criou medidas que acabaram com a liberdade de imprensa, e também, com várias liberdades individuais. Por intermédio de censores nas redações ou simplesmente enviando às redações o que não deveria ser publicado, o regime buscava formar a idéia de um país livre de problemas sociais. Com o Estado, muitas vezes, proibindo que a verdade fosse noticiada, a imprensa tinha o direito de apenas publicar a versão oficial dada pelo governo militar.

Palavras-Chave: Censura. Ditadura. Imprensa. Imprensa Alternativa.

LISTA DE SIGLAS

AERP	Assessoria Especial de Relações Públicas
AIE	Aparelho Ideológico de Estado
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DEIP	Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOI	Destacamento de Operação de Informações
DOP	Departamento Oficial de Publicidade
DPDC	Departamento de Propaganda e Difusão Cultural
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OBAN	Operação Bandeirantes
PSD	Partido Democrático Social
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
SECOM	Secretaria de Comunicação
SIPS	Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais
SNI	Serviço Nacional de Informações
UH	Última Hora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O APARELHO IDEOLÓGICO DE ESTADO:UM CAMINHO PARA A DISCUSSÃO DA CENSURA E DA PROPAGANDA	12
2.1 A PROPAGANDA IDEOLÓGICA NA IMPRENSA	13
3 IMPRENSA E DITADURAS	15
3.1 O DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA	15
3.1.1 O controle estatal sobre a imprensa durante o Estado Novo	17
3.1.2 A propaganda feita Revista Cultural Política	19
3.2 JORNALISMO E POLÍTICA NO PERÍODO POPULISTA	20
4 A IMPRENSA DURANTE A DITADURA MILITAR	23
4.1 DO GOLPE DE 64 ATÉ A REDEMOCRATIZAÇÃO	23
4.2 A ATUAÇÃO DA CENSURA E A GRANDE IMPRENSA	27
4.2.1 A grande imprensa diante do chamado milagre econômico	30
4.3 JORNAIS ALTERNATIVOS	31
4.3.1 O exílio profissional de uma geração de jornalistas	33
4.3.2 A utilização da sátira: humor como ação coletiva	34
4.3.3 O partido comunista e o núcleo democrático	35
5 CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

O uso dos meios de comunicação em massa nos processos de manutenção da classe dominante vem sendo percebido, nas sociedades modernas, como um fator de importância, especialmente devido ao desenvolvimento técnico desses meios de comunicação em massa e o conseqüente aumento de seu alcance na sociedade. A literatura a respeito mostra que o poder da propaganda promovida através desses meios de comunicação em massa é reconhecido como importante e eficiente. Desse modo, os meios de comunicação foram encarregados da tarefa de adaptar o público às realidades conjunturais político-sociais.

No que se diz referente aos governos ditatoriais, a utilização da propaganda política como meio de controle de massas aconteceu nas diversas experiências dos Estados autoritários, que tinham como objetivo, de modo geral, impor socialmente projetos políticos que atendiam aos interesses de específicos grupos econômicos disfarçados de projetos "nacionais", e que necessitavam da aglutinação das classes sociais, enquanto pressuposto para a concretização de seus projetos.

A ditadura civil-militar instaurada após o golpe de 1964 utilizou a propaganda política com o objetivo de manipular e cooptar as classes, principalmente durante o governo Médici. Segundo Carlos Fico, nesse período, o governo militar criou "um dos maiores sistemas de propaganda política de um governo autoritário da época contemporânea" (Op.cit. p.117.). Esse sistema envolveu a propaganda oficial do regime promovida pela AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas), e setores dos meios de comunicação brasileiros "privados", cujo desenvolvimento em boa parte ocorre durante o regime ditatorial.

Esse controle sobre a imprensa foi de grande utilidade, pois impedia que grande parte da população soubesse dos atos repressivos, autoritários e violentos por parte do governo. Estavam proibidas críticas ao governo em todas as suas esferas. Esse controle foi se alinhavando ao longo dos quatro primeiros anos da ditadura, em vários atos, decretos e leis que asseguraram o controle do Estado, e em 1968, com o AI5, a censura se tornou mais rígida.

Desde 1964, assessores militares almejavam fazer uma agência de propaganda política, porém isso apenas ocorreu em janeiro de 1968, com a criação da Assessoria Especial de Relações Públicas — AERP.

A partir de então, a AERP preencheria a TV com filmes exaltando o amor, a participação, a crença no "Brasil potência". O estilo das campanhas e filmes de TV feitos pela AERP era focado no amor, fraternidade, participação, solidariedade, família, civismo,

patriotismo, prosperidade. Desse modo, exaltava-se a função do cidadão comum e o punha como co-participante do “milagre econômico”.

A repressão política do regime tratou de fechar o canal de comunicação democrática do país. O controle das liberdades foi efetivado através das cassações políticas, prisões e torturas aos contrários ao governo. Desse modo, o desaparecimento da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa, da liberdade individual e outras, faziam enormes lacunas de informação e comunicação. Por causa disso a AERP se tornou necessária para encobrir, através da propaganda, a nefasta ação da repressão dos governos da ditadura, sob o manto de uma falsa democracia.

As ações realizadas pela AERP tinham uma característica de profissionalismo jornalístico incomum na história brasileira. Usufruindo o desenvolvimento tecnológico que oferecia diversas possibilidades aos meios de comunicação em massa naquela época. A AERP foi formada por psicólogos, jornalistas e sociólogos, esse grupo de profissionais estabelecia os temas a serem abordados pelas propagandas do governo, e em seguida, realizava contratos com agências de propagandas para criar um material com conteúdo preestabelecido a ser posto em jornais, emissoras de TV, etc.

A principal função do aparelho ideológico de governo era fazer uma propaganda de uma ideologia de Estado no qual o teor deveria satisfazer às necessidades do governo Médici, por exemplo, de fazer uma ligação entre autoritarismo político com "desenvolvimento" econômico. Ainda que não explicitamente o Estado promovesse, através dos meios de comunicação, uma imagem de um país que não tinha grandes problemas econômicos e sociais, e que naquela ocasião necessitava de um Estado que pusesse em prática um projeto que acatasse os pressupostos mínimos de um país moderno. Porém, para além do que a propaganda do Estado promovia como imagem de prosperidade, o que foi posto em prática foi o "milagre econômico", projeto que acarretava a acumulação de capital por parte de determinados grupos econômicos, enquanto que a maior parte da população era afetada pelo arrocho salarial.

Entretanto, a AERP não contava com o apoio da linha dura. A assessoria era vista como uma agência sem importância e suas ações, como algo desnecessário. Para a linha dura, a ideologia que deveria ser propagada à população não era a glorificação otimista do país que avança em passos largos, porém outra radical, como os discursos de arrependimento de guerrilheiros da luta armada feitos prisioneiros, passados para a população pela TV, ou o *slogan* “Brasil: ame-o ou deixe-o”, ações da polícia política que preferia impor-se pela força de uma “guerra psicológica” e não pela propaganda edulcorada da AERP (FICO, 2004).

A censura durante o regime militar tinha a intenção de proteger o Estado de informações que pudessem ir contra a idéia de um país próspero e em progresso posto pelo regime, o Brasil não poderia ser visto como um país de torturas e repressão, dando uma imagem de um bom governo, assim impediu que informações sobre os problemas que aconteciam no Brasil chegassem ao conhecimento público.

O regime militar criou várias leis e decretos na formação da censura como a lei nº 5250, a Lei da Imprensa, que trouxe várias limitações à atividade jornalística e a liberdade de informação. Essa lei proibia, muitas vezes, que a verdade fosse divulgada no caso de acusações aos ocupantes de altos postos públicos dentro do Brasil e no exterior, essa lei impôs que o Estado teria o direito de censura sobre os meios de comunicação em massa se entrasse em *estado de sítio*, isso foi imposto com o objetivo de formar uma imagem positiva por meios de atos arbitrários, porém os negava e não permitia que divulgassem o contrário disto. Outra ação do regime foi o AI-5, logo no dia seguinte a criação do AI-5, várias redações de jornais que protestavam contra o regime foram invadidas pelo Estado e foram impostas normas e regras do que deviam seguir.

O manual distribuído a jornais no Rio de Janeiro no dia 13 de dezembro de 1968 trazia normas do que a imprensa deveria publicar, com normas do tipo: respeitar o golpe de 1964 (que se tornara irreversível) ; não estimular a luta de classes; não criticar o governo e suas atitudes; não comprometer no exterior a ordem econômica do país; não causar tumulto nos setores comerciais, financeiros e de produção; não seria permitido causar desarmonia entre as Forças Armadas e os poderes da República; não seria permitido levar ao conhecimento público movimentos estudantis, greves, ou qualquer movimento social que estivesse contra o regime militar.

Cabe afirmar que apesar da censura prévia, o Estado não tinha aparato legal para isso. Para Maria Aparecido de Aquino, esse aparato legal só se iria confirmar com um decreto imposto em 1970, Maria afirmava que “única tentativa de regulamentação do exercício da censura prévia ocorreu por meio dos adendos introduzidos no Artigo 153, § 8º, parte final da Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Esses adendos foram introduzidos pelo Decreto-lei número 1.077, de 26 de janeiro de 1970.”.

Os censores ao analisar o decreto de 1970 chegaram à conclusão que “o governo considerou, ao baixar o Decreto nº 1.077/70, que o emprego desses meios de comunicação [imprensa escrita e cinema] obedece a um plano subversivo que põe em risco a segurança nacional e que tais publicações estimulam a licença, insinuando o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade brasileira”.

Censurando qualquer tipo de contra propaganda e enaltecendo o país, governo militar buscava fortalecer o patriotismo, para isso impedia que a população conhecesse os aspectos negativos do país, por assim criar uma imagem positiva do país.

Este trabalho se justifica a partir do momento que ele busca discutir a questão do controle que o governo militar exercia à imprensa. Buscando mostrar como era feito esse controle e os diferentes meios dele se realizar.

Atualmente, os acontecimentos ocorridos no período em que o Brasil foi governado pelos militares vêm sendo tema de discussões e pesquisas. Assim, através da análise de uma bibliografia especializada, procurei entender como se deu a censura à imprensa nesse período da história do Brasil.

No primeiro capítulo, busquei trabalhar a questão do Aparelho Ideológico de Estado, discutindo uma possível definição, para entender a utilização das ideologias pelo Estado autoritário, especificamente na questão da imprensa.

No segundo capítulo, procurei mostrar uma pequena história da imprensa no Brasil, durante o Estado Novo até o período da ditadura militar, trabalhando com a discussão do papel que a imprensa exercia nesses dois períodos, e aí, compreender a importância dos jornais nas discussões políticas do país.

No último capítulo, procurei mostrar a Imprensa durante a ditadura civil e militar no Brasil, discutindo a questão dos jornais alternativos e a Grande imprensa (os grandes jornais da época), entendendo como ambos se comportavam e/ou sofriam com o controle do Estado autoritário.

2 O APARELHO IDEOLÓGICO DE ESTADO: UM CAMINHO PARA A DISCUSSÃO DA CENSURA E DA PROPAGANDA

Gramsci ao escrever sobre ideologia, identificava-a como o principal fator de constrangimento das massas. A partir dessa idéia, ele concebeu o conceito de *hegemonia*. “A hegemonia é a capacidade que as classes dominantes têm de manter o poder utilizando o consenso e não a coerção”. Nesse sentido, a sociedade civil ao aprovar um conjunto de idéias e políticas defendidas por aquela classe, estaria viabilizando a construção do *Aparelho Ideológico de Estado*. Gramsci entende que o aparelho “responsável por esse consenso engloba escolas, igrejas, sindicatos e, principalmente a comunicação social.” Então, seriam os meios de comunicação os responsáveis centrais pela expansão da hegemonia, “ao dar visibilidade para acontecimentos, interpretações e idéias que dão sustentação ideológica para a classe dominante”.

Althusser define como "certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas". Para Althusser, "enquanto o aparelho (repressivo), de Estado, unificado, pertence inteiramente ao domínio público, a maioria dos Aparelhos ideológicos de Estado (na sua dispersão aparente) revela pelo contrário do domínio privado". Além disso, o autor afirma que "é por intermédio da ideologia dominante que é assegurada à harmonia por vezes precária entre o aparelho repressivo de Estado e os Aparelhos ideológicos de Estado, e entre os diferentes aparelhos ideológicos de Estado". (ALTHUSSER, Louis. 1970. Op. cit. p43)

Específicos órgãos da imprensa brasileira, apesar de não estarem vinculados ao regime militar, fizeram uma propaganda política cujo conteúdo era exatamente aquilo que o Estado militar necessitava para formar uma imagem que lhe era conveniente necessária. Devemos observar que, segundo as características ditas, nem todos os órgãos de comunicação que atuaram durante o governo Médici e, por causa disto, sob a ação da censura, podem ser qualificados como um Aparelho Ideológico de Estado. Isso porque alguns setores da imprensa brasileira não incorporaram inteiramente a ideologia do Estado militar.

Dessa forma, podemos entender que o que faz de um órgão privado um AIE é sua forma de atuação nos processos de dominação de classe. Nesses processos, o conceito formal entre público e privado se torna altamente relativo e impreciso para entender a real natureza de suas funções.

2.1 A PROPAGANDA IDEOLÓGICA NA IMPRENSA

A propaganda política explícita, nos revela claramente seus autores. Porém, muitas vezes, essas propagandas são emitidas sem que os receptores possam perceber quem emitiu aquela mensagem e o que querem esses agentes que transmitem seus ideais, sem serem conhecidos. É neste momento que se veiculam ideologias, que se constrói a propaganda ideológica.

De acordo com Nelson J. Garcia (1990a, p. 10-11), o objetivo da propaganda ideológica é formar as idéias dos indivíduos e, através disso, orientar seu comportamento na sociedade. As idéias difundidas nem sempre mostram sua origem e objetivos. Atrás delas, há grupos que necessitam de ajuda de outros para a realização de seus intentos, e com esse objetivo, tentam persuadi-los. Através destas informações é possível afirmar que os meios de comunicação em massa são usados como canais de difusão ideológica.

De acordo com Nelson Jahr Garcia (1990b, p. 16), nos regimes autoritários a persuasão de idéias é necessária para formar uma sensação de consenso nacional e para que possa afrouxar as práticas repressiva ou legitimá-las. Na maioria das sociedades democráticas, os meios de comunicação em massa promovem atividades persuasivas com o objetivo de fazer as classes subalternas apóiem, mesmo que indiretamente, os objetivos das classes economicamente dominantes sem saber o que fez.

Garcia (1990b, p. 37) diz que, as campanhas de propagandas ideológicas ocorridas na imprensa que estavam ao lado do Planalto após 1964, buscavam a construção de uma mobilização por parte da população em torno da economia e a desmobilização na política. A elaboração de uma campanha de propaganda ideológica por meio dos meios de comunicação em massa se pode dar, com o objetivo de formar uma imagem pública positiva de um único líder. Enquanto a população crê nele, não iram perceber seus erros.

Após elaborar a estratégia de ação da propaganda ideológica, Garcia (1990a, p.4477) definiu quatro estágios que devem ser observados durante sua realização:

1º) Codificação – a propaganda, para transmitir a ideologia, necessita adequar as idéias nela contidas às condições e à capacidade dos receptores de um modo que tenham sua atenção despertada para as mensagens e consigam entender seu significado. É o processo pelo qual as idéias tornam-se mensagens passíveis de serem transmitidas e entendidas.

2º) Controle ideológico – envolve todas as formas utilizadas para que

específicos indivíduos e grupos não tenham condições de perceber sua realidade e, assim, fiquem sem ter o poder de formar opinião própria. Nesta categoria encontram-se a censura oficial da imprensa, autocensura intelectual, repressão física, cooptação de lideranças, prisões e sanções econômicas. Há, ainda, a técnica de encher os meios de comunicação com notícias “atraentes”.

3º) Contrapropaganda – caracteriza-se pelo emprego de técnicas que visam diminuir o impacto das mensagens opostas, anulando seu efeito persuasivo.

Procura por as idéias dos adversários em contradição com a realidade dos fatos. Pode agir pelo temor, mostrando que os planos adversários, se concretizados, podem causar prejuízos e malefícios às pessoas.

4º) Difusão – trata-se da transmissão das mensagens para os receptores pelos mais diversos suportes técnicos (jornais, revistas, rádios, TV, cinema, via oral, internet, alto-falantes, cartazes, faixas, muros, slogans, símbolos, moedas, estátuas, etc.). Para Adolpho Queiroz (2001, p. 70) “é a partir da difusão que surge a possibilidade de produzir a impressão de unanimidade”.

3 IMPRENSA E DITADURAS

3.1. O DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA

As análises formadas sobre o período em que Getúlio Vargas esteve como governante do Brasil entre 1937 e 1945, a ditadura do “Estado Novo”, mostram a importância do papel da imprensa para a conservação do regime. O apoio que o então presidente Getúlio Vargas teve por meio da veiculação de jornais, revistas e programas de rádio, foi especialmente uma das bases de propagação do seu projeto ideológico nacionalista.

Para que esse projeto ideológico nacionalista se formasse e chegasse à população foram estimuladas as manifestações cívicas que destacassem o papel da família, e principalmente do trabalho como motor para acelerar o desenvolvimento. Mais ainda, inverter a ótica que caracteriza o “homem”, que agora não era mais visto como “malandro”, mas sim, como “cidadão”, célula necessária para o crescimento do país e para a concentração em torno do ideal de “Nação”.

A Constituição Federal de 1937, instaurada por Vargas após o golpe do Estado Novo, deu um caráter especial à imprensa, limitando a liberdade individual e construindo as bases necessárias ao governo para que este pudesse por em prática seu ideário nacionalista.

Em comparação à Constituição de 1934, podemos perceber que já nessa época existia certa preocupação com a imprensa. As medidas tomadas em 1937 foram um complemento às restrições já estabelecidas em 1934. Com uma exceção, a Constituição de 1934 permitia a liberdade de pensamento, pois inexistia a censura.

Nesse contexto, Vargas defendia que o dever da imprensa seria seguir o desenvolvimento da nação e dar ênfase aos feitos do Estado, condenando a “imprensa mercenária”, convocando-a para servir seu projeto ideológico e ao Estado.

Através desses argumentos Vargas garante ajuda à imprensa e passa a considerar todo jornalista um “funcionário do Estado”. Sob essa defesa, e com o objetivo de melhor controlar todo o material veiculado, em dezembro de 1939 foi criado o D.I.P. (Decreto-Lei nº 1.915 de 27 de dezembro de 1939).

A origem do D.I.P vem de órgãos criados anteriormente pelo governo getulista. Em 1931, foi criado o Departamento Oficial de Publicidade - D.O.P - que, em 1934, se transformou em Departamento de Propaganda e Difusão Cultural - D.P.D.C -, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em 1938 se tornou em Departamento Nacional de Propaganda - D.N.P -. Pode-se perceber que todos os órgãos que tinham ligação com

propaganda; porém desde 1934 as preocupações ficaram em torno do rádio, por ter maior capacidade de propagação. (GOULART, 1990).

O D.I.P. marcou a mudança da estrutura da comunicação no país, já que deixou de desempenhar uma função exclusivamente técnica para adotar um caráter político. Se diferenciando dos demais órgãos anteriormente criados, para regular eram o Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais - S.I.P.S - e os serviços de propaganda dos órgãos da administração pública, como por exemplo, o Departamento Administrativo do Serviço Público - D.A.S.P.- e cria uma “Divisão de Imprensa” que apura as formas de intervenção do Estado.

O discurso criado pelo D.I.P. teria que demonstrar para a sociedade os desejos do Estado, legitimando-o e fortalecendo-o mais e mais, sendo que era subordinado diretamente ao presidente Vargas. Por meio do monopólio dos veículos de comunicação, o D.I.P. eliminava a contrapropaganda e devido a isso, a sociedade tomava valores que o Estado selecionava, como se esses valores fossem “inseridos na consciência popular”. Tinha ainda o auxílio dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda - D.E.I.P's - para conseguir alcançar todo o território nacional.

Além de promover a figura posta pelo Estado, o D.I.P. censurava programações e exaltava os feitos do governo, por meio dos D.E.I.P's fiscalizava nos estados o cumprimento das normas que tinha sido impostada, aplicando sanções e multas; cadastrava os profissionais da área de comunicação, supervisionava seus direitos e deveres, e pegava seus direitos autorais; promovia campanhas no campo da propaganda e distribuía prêmios; fazia a edição de folhetos, jornais, livros e revistas, além de dar orientação todo o conteúdo a ser veiculado, estimulando manifestações culturais, com o intuito de organizar uma cultura nacional.

O D.I.P. ofereceu ao regime ditatorial de Vargas os meios para o controle ideológico da imprensa que colaborou para o mesmo permanecer quinze anos à frente da censura no país. Formulou uma verdade oficial e soube aproximar os intelectuais para submetê-los ao projeto, oferecendo-os uma identidade jornalística e autenticando suas funções. Mas ao fazê-lo, o governo conseguia censurar e controlar as manifestações artísticas e culturais, o que de certa forma, suprimiam esses intelectuais.

Além das regras gerais, todos os meses eram realizadas novas regras de acordo com o que acontecia no país. O DIP sustentava 60% dos jornais naquela época e controlava os outros 40% através de censores. Cada periódico tinha um censor. Além da DIP, existiam as DEIP's (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda), os dois realizavam a tarefa de distribuir o material propagandista do governo, que exaltavam as qualidades positivas de Getúlio

Vargas. E também, os funcionários da DIP e das DEIPs subornavam profissionais de imprensa e donos de jornais. Devido esse tráfico de informação, várias pessoas ganharam muito dinheiro e os meios de comunicação em massa que se negavam a obedecer foram fechados.

Além de ter poder sobre a imprensa, o DIP criou uma lista com assuntos proibidos como, por exemplo:

“Proibidas todas e quaisquer alusões ao regime brasileiro anterior a 10 de novembro de 1937, sem prejuízo de referência à democracia, pois o regime atual é também uma democracia. Nada sobre a União Nacional dos Estudantes. Nenhuma notícia sobre a escassez de peixes no país. Nada sobre passeatas de estudantes paulistas. Não podem ser divulgadas notícias sobre o desfalque na Caixa Econômica de Niterói”.

A lista de assuntos proibidos criada pelo DIP mensalmente proibia notícias como:

- Não pode ser noticiada a morte de um operário no restaurante do SAPS quando almoçava.
- Não publicar sobre grave incidente entre civis e militares em Marechal Hermes (subúrbio do Rio).
- Nenhuma notícia sobre falta de peixe no país
- Nada assinado por Oswald de Andrade

Porém não foi apenas isso. Também havia uma lista de expressões e termos que não poderiam ser usados. Se caso alguma publicação mencionasse o nome “União Soviética”, o jornalista que escreveu poderia ser preso. “Amante” também era uma palavra proibida. Outra medida era proibir as caricaturas políticas como as feitas pelo paulista Benedito Carneiro Bastos Barreto, conhecido como Belmonte. Ele fazia duras críticas à má situação do cidadão de classe média de São Paulo com seu personagem Juca Pato. Belmonte foi proibido de atacar estes assuntos e se voltou a temas de política internacional.

3.1.1 O controle estatal sobre a imprensa durante o Estado Novo

Os estudos sobre o papel da censura durante o Estado Novo é de grande importância para a concepção do processo de persuasão então estabelecido. Censura e propaganda estiveram intimamente ligadas, já que a atividade de controle, ao mesmo tempo em que impediam a divulgação de certos assuntos, impunham a transmissão de outros, na forma adequada aos interesses defendidos pelo Estado. Desse modo, a censura não se caracterizava

só pelo seu lado negativo, de proibição, mas também por ser positiva, na medida em que dar a entender a ênfase em determinada direção, determinando uma concepção unidimensional da realidade (Lei 31/12/1925, n. 2307, *Gazzeta Ufficiale*, n. 003 del 05/01/1926). A censura se reproduzia automaticamente através da autocensura. O rigor das penalidades determinava que os responsáveis pelos meios de comunicação evitassem a divulgação de qualquer notícia ou artigo que desagradasse o regime.

No início a censura era exercida pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, através do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, pela Polícia Civil do Distrito Federal e pela Comissão de Censura Cinematográfica. Com a criação do DIP em 1939, este ficou encarregado de toda atividade censória em relação a teatro, cinema, funções recreativas e esportivas, radiodifusão, literatura social e política e imprensa.

A imprensa foi considerada uma “função de caráter público”, proibiu a recusa à inserção de comunicados do governo, e previu sua regulamentação por lei especial. A censura se fazia através de comunicados verbais, quando eram passadas as notícias que não podiam ser publicadas, ou que deveria ser divulgado nos limite da “versão oficial”, o que podiam ser divulgadas sem comentários ou que poderiam ter apenas comentários favoráveis e tinha aquelas que a inserção era obrigatória. Em alguns casos, forma destacados censores para cada jornal, para que verifiquem as origens antes de serem mandados para as oficinas.

As sanções mais utilizadas que a imprensa poderia sofrer eram: o cortes de publicidade oficial, a pressão sobre empresas privadas para que cortassem sua publicidade no veículo infrator, o controle das cotas de papel. O papel utilizado nos jornais era todo importado e só poderiam ser retirados da Alfândega com permissão do governo. A taxa de importação era alta e deveria ser paga em 24 horas, salvo os jornais que tivessem direito à isenção. Os jornais que deixavam de colaborar com o governo, tinha a sua isenção cortada. Esse processo tinha também o controle de folhas no país, impedindo jornais clandestinos.

O governo estabeleceu, também, uma forma indireta de controle através do cooptação de jornalistas que, em função de favores recebidos, redigiam matérias que eram a favor, do regime e o apoiava-o e defendendo suas teses oficiais.

Restavam aos jornais duas opções, ou resistiam e corriam riscos, ou viravam órgãos panfletários pró Getulistas. Até mesmo o jornal O Estado de São Paulo teve sua direção destituída pelo DIP. Porém, em 1945, ao fim da Segunda Guerra Mundial, o DIP foi extinto e substituído pelo Departamento Nacional de Imprensa de Propaganda, órgão substituído posteriormente pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).

3.1.2 A propaganda feita pela Revista Cultural Política

Sob essa forma podemos destacar o papel da Revista Cultura Política, diretamente ligada ao D.I.P. que possuiu uma formulação com o objetivo de agregar à sociedade da época os valores defendidos pelo Estado. Sua intenção era difundir os feitos do Estado junto às elites, e contribuir com a conservação do projeto político já posto em prática.

Mostrava artigos dos mais renomeados escritores da época; os intelectuais tinham uma ampla influência na construção do Estado Novo, como formadores de opinião, vindo a serem necessários como intermediários entre o Estado e essa sociedade. Por causa disso, esses “colaboradores” ganhavam, muitas vezes, maior remuneração do que era pago a outras publicações das quais a revista convivia. A revista Cultura Política foi a que reuniu o maior grupo de intelectuais da época, daí da sua importância para o projeto ideológico de Vargas.

O contexto social nos dá a idéia que a arte tinha participação constantemente da disseminação dos ideais defendidos no período, por meio do estímulo a sua produção e até mesmo através do anseio que esses artistas alimentavam em formar uma arte nacionalista. Mesmo diante disso, o governo não deixava de fiscalizar e orientar essas produções.

A “Revista dos estudos brasileiros” era basicamente dividida em: problemas políticos e sociais; o pensamento político do chefe de governo; a estrutura jurídica-política do Brasil; o trabalho e a economia nacional; a atividade governamental; textos históricos, Brasil social, intelectual e artístico. (GOULART, 1990)

Dizia-se a respeito dos feitos de governo Vargas; da geografia e da agricultura de específico local; do passado brasileiro a partir de personagens históricos; da economia e das relações exteriores, fazendo menção às correntes de pensamentos de autores europeus e norte-americanos.

Em suas páginas ainda podemos ver a justificativa para a centralização acontecida no período, que retirou a autonomia dos estados e transformou em responsabilidade do Executivo toda a administração pública; com isso acabou com os símbolos desses estados, extinguiu a individualidade e o sentimento regionalista.

A partir deste ponto se destaca o empenho para confirmar a existência da democracia no Brasil.

Conhece-se que na prática a “democracia” não se caracterizou como o “governo do povo”, mas como um componente constitutivo do projeto autoritário de Vargas.

O desenvolvimento desse ideal democrático aparece na figura do presidente, o qual sintetiza a “vontade nacional”. Vargas aglutinava as características de “determinação e

coragem, um exemplo de amor à democracia e a justiça social”, arbitrando os diferentes interesses da sociedade, adequando-se as situações e procurando buscar as soluções apropriadas. Assim surge o mito popular cujas características são até hoje cultivadas.

Para que esse “Estado Nacional” continuasse vivificado, tornava-se necessário à referência ao passado histórico, porque apenas diante da concepção de uma “identidade igualitária” os indivíduos se reconheceriam como coletividade, como Nação. (GOMES, 1982)

O pensamento autoritário apontado ainda na década de 1920 por ideólogos como Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Francisco Campos, Alberto Torres; exaltava a intervenção do Estado por meio da burocratização do poder. Achava importância no pressuposto que a ideologia estatal centralizadora era formada por um Estado guardião e por uma sociedade benevolente e cordial.

Orientando-se como porta-voz dos feitos governamentais a revista justifica seu caráter ao assegurar que se esteve coerente em suas publicações. As páginas da Revista Cultura Política tornaram-se primordiais para a análise dos elementos que fizeram parte das idealizações do governo ditatorial praticado por Vargas.

Caracterizando-se como o objeto com o qual os intelectuais da época excitaram a ideologia dominante, também, beneficiou a permanência do legado de Vargas como líder político e social.

A revista se configurou como objeto de submissão aos interesses do Estado e nessa definição a imprensa perdeu o real sentido de “informação” e passou a agregar um projeto que além de moldar as opiniões dos cidadãos, deixou um legado de indiferença com relação à formação de um pensamento independente e crítico sobre os assuntos em que a sociedade deveria constantemente atuar, questões que estão diretamente ligadas ao interesse comum e que conduzem a vida econômica, política e social do país.

3.2 JORNALISMO E POLÍTICA NO PERÍODO POPULISTA

A imprensa na década de 1960, no Brasil, foi marcada pela censura política, o que causa uma grande mudança no conteúdo dos jornais diários, se afastando da política. A imprensa sempre teve relação com a política, tendo muita importância em alguns acontecimentos na história do Brasil.

Na década anterior ao golpe militar, da campanha contra o governo Vargas até no período anterior ao do golpe de 1964, os jornais constroem um discurso em que viam os leitores como quase passivos à notícia, sendo a imprensa capaz de induzi-los a pensar e atuar

como atores políticos. Os jornais se auto-intitulam como formadores de leitor. Tendo um tom autoritário, não dando lugar a outras visões, pondo notícias que reproduziam uma temática única - o discurso de oposição.

No período de 1950 e 1956, houve uma intensa oposição entre os periódicos: *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*. A briga entre eles aumentava na medida em que UH se afirma no mercado jornalístico como jornal de grande circulação. A partir daí, uma campanha contra o UH, e, sobretudo contra Getúlio Vargas, na esteira da *Tribuna da Imprensa*, é empreendida pelos mais importantes jornais do Rio de Janeiro que formam um bloco de poder contra Vargas nos últimos meses que esteve na presidência.

Cada acontecimento político era explorado ao máximo pelos jornais para conseguir o apoio dos grupos médios para o golpe e, também, a simpatia do proletariado urbano. Usando a repetição sistemática, cunhando *slogans*, individualizando os personagens, a imprensa crítica, na crise de 1953-54, a corrupção no governo, classifica o aumento dos salários mínimos, como ameaça ou "aberrante subversão de todos os valores profissionais", já que produz "a elevação do custo de vida" e a desestabilidade da economia. Essa campanha desgasta muito a imagem de Getúlio Vargas e de seu governo, levando ao pedido de *impeachment* do presidente, rejeitado pela maioria dos parlamentares, e a imposição da renúncia de Getúlio Vargas, o que culminou com o suicídio dele, em agosto de 1954.

Percebe-se que os jornais procuraram generalizar as reações ao atentado, imputando a toda população a revolta por um atentado que deve ser visto como brutal bárbaro e revoltante.

Dez anos depois na crise de 1964 a imprensa exerce papel de personagem político central no desenrolar da trama. Nesse contexto a briga entre a *Tribuna de Imprensa* e *Última Hora* assume lugar central.

Às vésperas do golpe militar, a *tribuna de imprensa* registra o discurso de Jango na Associação dos Subtenentes e Sargentos, no qual enfatiza a necessidade de reformas de base, como sinal que o presidente teria se proclamado "ao lado da cedição e da subversão", prestigiando pessoalmente "o processo de insubordinação de soldados e sargentos das forças armadas" e assim negado a "validade e eficácia às leis que regulamentam os militares, que regem as relações entre comandantes e comandados".

No dia seguinte o exército daria o golpe e tomaria o poder. A imprensa de forma quase unânime (com exceção do jornal Última Hora) deram "vivas" à ação dos militares, afirmando a legitimidade do movimento.

A imprensa se percebe como ator político consciente atuante, portador de uma missão essencialmente política. É nesse papel que se arvoram a não admitir e a não poder consentir, se auto-atribuindo um lugar de poder muito maior de qualquer outra instituição.

No dia seguinte após ações das Forças Armadas contra a circulação dos jornais *O Globo* e *Correio da manhã*, sai um editorial, que repudia a ação dos militares, não contra o golpe, mas contra a investida contra os jornais, pondo em destaque o título: Basta! Fora à ditadura! O texto investe veementemente contra a destruição dos jornais, assim deixando clara a aliança entre os periódicos que propugnam pelo papel legítimo de interpretes da realidade social. Na verdade o editorial é um folheto contra o então governo Carlo Lacerda e a investida da DOPS da Guanabara contra alguns jornais.

O que é importante para os jornais é continuar a exercer o papel de direcionadores da opinião do país. Assim, se no momento anterior figuram como adversários, ao ter afetado seu papel de porta-vozes reconhecidos, se unem em favor de um objetivo amplo: a construção da imprensa como o lugar do exercício da verdadeira liberdade.

4 A IMPRENSA DURANTE A DITADURA MILITAR

4.1 DO GOLPE DE 64 ATÉ A REDEMOCRATIZAÇÃO

Após a renúncia da presidência, de Jânio Quadros, a presidência iria para o vice-presidente, João Goulart, mas isso incomodava as forças de direita, pois viam Jango como esquerdista, e não queriam um presidente comunista no Brasil. Os EUA com medo de o que aconteceu em Cuba também viessem a se repetir no Brasil pressionaram militares a resolver esse problema. Goulart estava disposto a aceitar as condições que lhe imporia para assumir a presidência. A solução veio com o deputado federal Plínio Salgado, que propôs o regime parlamentarista, fazendo com que Jango fosse chefe do poder só que com poderes limitados.

O plebiscito para decidir a manutenção do regime parlamentarista estava marcado para 1965, mas os próprios políticos que apoiavam o parlamentarismo não pretendiam torná-lo permanente, então Jango não achou problemas em reunir forças para adiantar o plebiscito para abril de 1963, em que Jango venceu, e conseguiu retomar os poderes perdidos com o regime parlamentarista.

Em 1963, Jango programou o Plano Trienal, que tinha como objetivo reduzir a taxa de inflação e estimular o crescimento econômico, mas isso só poderia ser alcançado com uma política de rigidez, que tinha a restrição de crédito, contenção de gastos públicos, e congelamento de salários. Essa política desagradou a empresários e a trabalhadores.

Essa política alcançou seu auge em 1964, a política de mobilização acionava todas as forças de direita contra Jango, e as forças populares ficavam impacientes e buscavam uma alternativa revolucionária. Na tentativa de buscar o poder sobre os movimentos populares, Jango lançou as chamadas “reformas de base”: reformas nas áreas administrativa, fiscal, agrária e bancária. Essas reformas foram anunciadas no Comício de 13 de Março de 1964, foi nesse momento que os conflitos sociais, políticos e militares chegaram ao máximo. Os militares não demoraram a agir contra Jango, em 31 de Março de 1964, começou o movimento militar que tirou Jango do poder. Dizia-se que era um movimento democrático, constitucionalista. No dia 1º de Abril, Jango foi para Porto Alegre, a fim de organizar uma resistência, mas viu que seria inútil, e refugiou-se no Uruguai. Uma semana depois disso, o alto comando da “revolução” estabelecia o Ato Institucional nº1 que dava ao Congresso Nacional, que em foi expurgado e submetido ao novo regime, o poder de eleger um novo presidente, e em 15 de Abril de 1964 o general Humberto de Alencar Castelo Branco se torna presidente.

O AI-1 estabelecia eleições diretas presidenciais, em 1965 e a sua validade iria até 1º de janeiro de 1966, quando o país voltaria a sua democracia. Esse cronograma não foi cumprido, porque os militares eram divididos em dois grupos: os dos liberais e os “linha dura”. Os liberais queriam passar logo o poder para a classe política, os “linhas duras” eram aqueles militares que queriam assegurar o fim da ameaça de uma revolução comunista, e a classe política não era confiável. De 1964 até 1967 predominou os liberais conservadores, com Castelo Branco, de 1967 até 1974 o país foi governado pelos da linha dura, e 1974 os liberais voltaram ao comando do governo e fizeram uma “abertura” até 1985, com o fim do regime. Logo no primeiro dia, o presidente, pressionado pelas circunstâncias, cassou diversos mandatos e direitos políticos, demitiu funcionários público, e, pois sobre vigilância várias pessoas. Acreditava que a intervenção acabasse ali, pois já iria ter eleições no ano seguinte. Nesse mesmo ano foi montado o Serviço Nacional de Informações (SNI). Esse novo órgão, no início, prestava conta apenas com o presidente. Extrapolando suas funções, se transformou em “um tribunal de instância superior para questões políticas”.

Em 1965 foram realizadas as eleições, a oposição venceu em Minas Gerais e mais cinco estados, isso foi visto como ameaça de “revolução”, mostrando que o objetivo do golpe não foi realizado. Assim foi estabelecido o AI-2, que dissolvia todos os partidos, e criava dois novos: a Arena, (Aliança Renovadora Nacional), que era da situação, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), como oposição concedida, e que determinava que civis condenados por crimes contra a segurança nacional fossem julgados por tribunais militares, além de determinar também eleições indiretas para presidente. Outros Atos-Institucionais foram estabelecidos. O AI-3 foi um complemento do AI-2, ele determinava eleições indiretas para governador. Esse processo de supressão da democracia fortaleceu linha dura e aplainou o caminho para a candidatura do ministro da guerra, o general Artur da Costa e Silva, como o próximo presidente. Costa e Silva era um dos principais representantes da linha dura, foi eleito pelo congresso em três de outubro de 1966. Nesse mesmo ano, Castelo Branco convocou o congresso para discutir e aprovar uma nova constituição, em 24 de janeiro de 1967 foi feita a nova constituição.

Com o endurecer do regime militar ia aumentando os movimentos de protestos. Isso por basicamente, dois motivos: a severa política de finanças públicas e o controle de liberdades democráticas. Os movimentos operários e estudantis se intensificaram no governo de Costa e Silva, o que levou ao Ato Institucional nº5 (13/12/1968). O AI-5 determinou a suspensão do *habeas corpus* para os “crimes” contra a segurança nacional, e deu ao presidente da República poderes ditatoriais. Coligado a um forte esquema de repressão e a montagem de

um esquema de inteligência, o AI-5 instaurou um regime de terror no país. Com a situação se agravando, Costa e Silva adoeceu e caberia ao vice-presidente Pedro Aleixo, um civil, assumir a presidência, entretanto foi impedido. O cargo da presidência foi dado a uma Junta Militar, que fechou o Congresso e integrou os Atos Institucionais à constituição e pôs no poder o general Garrastazu Médici como sucessor de Costa e Silva, o congresso submetido formalizou em outubro de 1969 elegeu Médici a presidência.

O novo presidente estabeleceu a pena de morte para “crime” contra a segurança nacional e qualquer cidadão era suspeito até que provasse (na cadeia) o contrário. A censura prévia foi imposta a todos os meios de comunicação. As rádios, os canais de televisão e os jornais tiveram que conviver com a figura do censor em suas dependências. Em 1969, foi instaurada a Operação Bandeirante (Oban), o objetivo era combater suspeitos e membros de movimentos armados clandestinos por meio repressão direta e violenta. As guerrilhas urbanas causaram uma rápida resposta dos órgãos de repressão. A partir de 1970, o Destacamento de Operação de Informações e o Centro de Operações de defesa interna, agências especiais de repressão do exército, os famosos DOI-CODI, tornaram-se a marca do terrorismo de Estado e do governo Médici.

Foi suspensa a liberdade de reunião. Teve controle dos partidos e dos sindicatos seus membros viviam sobre ameaças. As greves foram proibidas. A inviolabilidade dos lares e correspondências foram suspensas. Os prisioneiros sem, direito a defesa, eram brutalmente torturados, e muitos eram mortos nos “porões da ditadura”, essas vítimas eram dadas como “suicidas”, embora as pessoas já tivessem conhecimento que no governo Médici não se tinha respeito à vida. Isso é explicado pela autonomia que Médici concedeu a esses órgãos. Com as torturas e prisões houve um recuo das resistências, a morte dos líderes como Lamarca e Marighela serviu pra enfraquecer o movimento, mas só foi acabado em 1975.

Os militares tinham noção que não se podia fazer um governo só com força de repressão. Era necessário legitimar o regime, por meio da opinião pública, as campanhas publicitárias foram amplamente usadas, mas a base da legitimação foi o programa de intensificação do crescimento econômico. O objetivo era neutralizar a classe média por meios do acesso a bens de consumo e fazê-la pensar que suas vidas seriam melhores com o regime. Também era preciso fortalecer o setor de infra-estrutura para atrair investimentos estrangeiros para o país.

Em 1974, o governo das Forças Armadas já estava gastos, os militares eram vistos como antidemocráticos e antipopulares, pois se tornou um órgão voltado a repressão do país. O crescimento econômico em anos anteriores mostrava o desgaste da ditadura e mostrava que

a ditadura não podia ser contida, dada a nova constituição internacional e a perda de legitimidade, a partir de 1974, o presidente Geisel começou a dissolução da ditadura que só acabaria em 1985, então Geisel começou um processo de “abertura” política, a fim de conter a desmoralização das Forças Armadas, mas militares da linha dura eram contra isso e tentavam criar problemas para impedir o processo. Os dois casos de assassinatos, o do jornalista Herzog e do sindicalista Manuel Filho, causaram a demissão do general Ednardo d’Ávila Mello. Já a essa altura parte da classe média começa a se mobilizar contra o regime. Em 1976, o presidente Geisel proibiu a propaganda eleitoral, para impedir o crescimento da esquerda, apenas era permitido apresentar o seu currículo.

Em 1977, para garantir a vitória da Arena, Geisel fechou o congresso e baixou um pacote de medidas que determinava que reformas constitucionais pudessem ser efetivadas com maioria simples no congresso e não mais dois terços, isso foi por causa do grande aumento do MDB. Em 1978 Geisel escolheu João Batista Figueiredo e revogou o AI-5. O congresso elegeu Figueiredo como presidente, e em 1978 Figueiredo tomou posse. Em repressão a linha dura começou vários ataques terroristas, mas sem a proteção do AI-5 esses atentados não prosperaram. O governo militar vendo que os eleitores não estavam só votando apenas no MDB, mas também contra o regime. Para fugir do bipartidarismo, o governo, em 1979, instituiu o pluripartidarismo e a anistia. O objetivo era dividir a oposição. O MDB se tornou PMDB, pois passou a ser obrigatória a palavra “partido” no início do nome. A Arena mudou de nome para Partido Democrático Social (PSD). Alguns partidos foram refundados e outros foram criados.

Em 1983, a oposição tornava-se generalizada, quando nasceu o movimento de eleições diretas para presidente, apesar da força do movimento, o regime conseguiu impedir a aprovação no Congresso da emenda constitucional e a eleição de 1985 foi de forma indireta, Tancredo Neves venceu a última eleição indireta, com essa vitória acabava a ditadura militar.

4.2 A ATUAÇÃO DA CENSURA E A GRANDE IMPRENSA

A censura política, conduzida em momentos de autoritarismo, geralmente age de forma intermitente, mas não constante, e de maneira diferenciada em relação aos veículos de comunicação. Desde o golpe de 1964, instaurou mecanismos pra controlar as informações veiculadas. Existe a preocupação com o armazenamento de informações e com a divulgação que a imprensa poderia produzir para o público. Assim, em 1964, é criado o Serviço Nacional de Informações (SNI) e no final da década, estruturam-se os centros de informação do Exército (CIE), da Aeronáutica (CISA) e se rearticula o centro da Marinha (CENIMAR). (D'ARAUJO, Maria Celina. Op. cit. p.17.)

No período de 1964 até 1968, a forma mais comum de controle de informações era telefonar para as redações de jornais proibindo a divulgação de notícias. Mas é principalmente a partir da edição do AI-5 que a ação da censura é mais contundente. A população, tutelados pelo Executivo. Assim, os conteúdos que poderiam servir de estímulo à oposição não eram divulgados.

O argumento usado pelo governo para a instauração da censura coloca em evidência o papel que se atribui naquele momento aos meios de comunicação: além de informar, estes deveriam "orientar" aos militares deveriam ser aliados das publicações. Para justificar as ações de exceção, foi usado o argumento de que se vive em um período de "guerra".

Se no momento de deflagração do golpe militar, a grande imprensa e as Forças Armadas formaram um bloco hegemônico no sentido de conseguir a dissolução do governo constitucional, no momento seguinte essa aliança se dissolve.

A censura agia por meios de telefonemas ou bilhetes encaminhados às redações ou através da censura prévia, normalmente porque o jornal se recusa a aceitar as ordens ou por haver o entendimento de que seria necessário maior controle de determinado veículo. Neste caso os censores se instalam nas redações e são encarregados de vetar, integral ou parcialmente, as matérias, antes de sua publicação.

Se inicialmente a censura fica a cargo do exercito, num segundo momento passa a ser de responsabilidade do Ministério da Justiça e, finalmente, da Polícia Federal.

Quanto ao aspecto legal, a única tentativa de regulamentação do exercício da censura prévia ocorre com a introdução de adendos ao Artigo 153, § 8º, da constituição de 1967. Esses adentos são introduzidos pelo decreto-lei nº 1077 de 26 de janeiro de 1970. A parte final estabelece que "não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias a moral e aos bons costumes". O decreto relaciona eventuais proibições a "um plano subversivo que põe

em risco a segurança nacional" e encarrega o Ministério da Justiça e a Polícia Federal, por meio do Conselho Superior de Censura e do Juizado de Menores, de cercar as publicações, podendo inclusive determinar a busca e apreensão de todos os exemplares.

Vários grandes jornais são ocupados por censores militares, são impostas as censuras prévias, alguns jornais tendo suas edições apreendidas pela polícia. A ação da censura à imprensa perdura, com intensidade variada, de 1969 a 1978.

Assim, ainda que haja múltiplas formas censurais à imprensa, há que se considerar também que a reação da imprensa também é diversificada. Há aqueles que optam por aceitar as ordens que chegam à redação por meio de bilhetes e telefonemas; há aqueles que de fato sofrem censura prévia e há aqueles que promovem um discurso de inclusão no ato censório posteriormente a sua efetiva existência, como forma de se incluir num movimento de defesa do interesse do público. Para muitos jornalistas e para muitos jornais é mais interessante construir uma história de destemor de lutas do que revelar as aproximações que de fato tem com o poder

As maiorias dos jornais aceitam as ordens superiores, introjetando o discurso proibitivo antes mesmo que ele chegue às redações. Já os que tentam exercer oposição ao regime, são submetidos à ação da censura.

A censura prévia exercida pelo censor enviado à redação é aplicada de modo pontual, e sem regras claras. Para Kucinki (2002), é a falta de regras claras para a aplicação de censura prévia que leva os jornais a adotarem cada vez mais a autocensura. Segundo ele, o exército generalizado da autocensura, determina o padrão de controle da informação durante os dezessete anos do regime autoritário, sendo os demais métodos, acessórios e instrumentais para a implantação da autocensura.

Alguns jornalistas justificam o posicionamento dos jornalistas durante o período ditatorial, quando a maioria se adapta aos padrões da autocensura, em função da "paixão pela profissão". Para eles, é o fato de os jornalistas não conseguirem viver longe da atividade que faz com que se comportem de acordo com o que é preconizado pela sociedade política e referendando pela direção do jornal.

Há no período posterior ao AI-5 muito mais autocensura nos órgãos de imprensa do que censura prévia. Decide-se não publicar determinados conteúdos. Obedecendo a "ordens superiores" extremamente vagas que estão mais no imaginário dos jornalistas, do que efetivamente na ação dos detentores do poder. Mas, mesmo naquelas publicações em que há efetivamente censura - *O Estado de São Paulo*, *o Jornal da Tarde*, *a Tribuna da Imprensa*, a

revista *Veja*, além dos jornais da chamada imprensa alternativa como *O Pasquim* e *Opinião* -, a ação é diversa, variando de censor para censor.

Clientista e ligada ao poder, como forma de construir estratégias empresárias, a imprensa, também na década de 1960 e 1970, fazia disso não só estratégia de sobrevivência, mas uma forma para atingir o sucesso. A autocensura passou a ser uma espécie de palavra de ordem, fundamental para a aproximação com as cercanias do poder.

Ao realizar uma comparação relativa à ação da censura em diferentes publicações a partir de 1970, Gláucio Ary Dillon Soares (1989) observa que “as proibições foram mais numerosas durante o governo Médici, continuaram altas no primeiro ano de Geisel, declinando rapidamente a partir de 1975”. Aquino (1990), entretanto, discorda desse agrupamento de Soares, uma vez, para ela, o que marca o período de censura é a diversidade de ações e de intensidade em relação aos múltiplos veículos de comunicação.

O movimento generalizado de autocensura na grande imprensa, do qual participam, não apenas os proprietários dos jornais, mas também os jornalistas, mostra que existe um grau muito elevado de adesão dos meios de comunicação. A imprensa foi complacente ou ignorou a sistemática ação repressora, que resultou na morte de milhares de pessoas nas dependências militares do regime. Constituiu também em uníssono um discurso que destacava os “milagres” econômicos do período e negava o empobrecimento da população. Amplificou também as glórias esportivas nacionais como se fossem de toda a população.

Claro que existem vozes discordantes, como enfatiza Kucinski (2002), mas essas são pontuais e, de maneira alguma, se constituem como movimento da imprensa.

Portanto existe, segundo o argumento de Kucinsky (op. cit.: 545), um processo de depuração de quadros jornalísticos para favorecer o regime, o que não irá ser suficiente a partir do período da chamada abertura lenta, gradual e segura. Agora além da autocensura: agora é preciso criar um discurso consensual em torno do padrão de abertura política e neste de papel o discurso jornalístico seria, mais uma vez, imprescindível.

Faro (1981) destaca ainda o papel da Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República na construção desse novo viés ideológico. Caberia, a partir, sobretudo do governo Figueiredo, aos comunicadores o “dever de motivar e conscientizar o público para obter sua participação voluntária na solução dos problemas nacionais ou mesmo local”.

A complexidade da ação da Secom faz da autopromoção generalizada das ações do governo, via seus braços da atuação, leiam-se as assessorias de comunicação que irão

proliferar, sobretudo nas empresas estatais na década de 1970, um de seus movimentos mais importantes.

4.2.1. A grande imprensa diante do chamado milagre econômico

A euforia vivida pela classe média nutrida do milagre econômico forneceu à grande imprensa a justificativa de mercado para um jornalismo complacente, através de produtos de disseminação cultural, nos quais o jornalismo crítico era secundário. Consolidaram-se os projetos jornalísticos voltados a essa classe média, como *Jornal da Tarde e Veja*, os dois idealizados por Mino Carta. *Veja*, convivendo com uma imperceptível e esporádica censura – graças à autocensura – encontrou sua vocação mercadológica na glorificação do *milagre econômico* e dos valores da classe média.

A oposição legal havia caído. Nas eleições de 1970, a Arena, partido do governo, conseguiu eleger 80% dos prefeitos e 85% dos vereadores. Nesse clima, que teve seu apogeu na Copa do Mundo de 1970 e foi até 1974, os presos políticos cumpriram suas penas ignoradas pela maioria da população e grupos guerrilheiros eram liquidados.

De caráter ora simbólico, ora dissuasório, nunca assumida publicamente, nem mesmo depois do Decreto-Lei 1077, de janeiro de 1970, que atribuía a tarefa à polícia federal, a censura esporádica não afetava o modo de produção da grande imprensa. A introdução da censura prévia regular em *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde*, em agosto de 1972, apesar de também não afetar o modo de produção desses dois jornais, reforçou o poder dissuasório do sistema sobre os demais veículos, que passaram a se autocensurar. (Veja, 1973)

A convivência entre a grande imprensa e o governo do general Médici se deu de tal modo, observa Beatriz Bissio, que o regime militar não necessitou de um próprio veículo de persuasão (Beatriz Bissio & Maria Nakano. *Brasil: La Experiência de la Prensa alternativa.*, 1982. Mas o governo criou um serviço especial de propaganda política, sob a chefia do coronel Otávio Costa, a Assessoria Especial de Relações Públicas, AERP). Frequentemente, os jornais resvalavam para o colaboracionismo veículos, indiscriminadamente chamados de *terroristas*. Assim, se tornavam cúmplices do processo de liquidação desses preços. Do governo Médici ao início do governo Geisel, a imprensa convencional calou-se, como regra, com a notável exceção de Hélio Fernandes, que enfrentou quase 10 anos de censura prévia rigorosa em seu diário, *Tribuna da Imprensa*, sem transgredir ou negociar com o censor.

4.3 JORNAIS ALTERNATIVOS

Durante os 16 anos de ditadura no Brasil, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinha em comum a oposição ao governo militar. Ficaram conhecidos como imprensa alternativa. Foi disseminada principalmente por publicitários, num curto período em que eles se deixaram cativar por esses jornais. Enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores essenciais à imprensa alternativa.

Ao contrário da grande imprensa, os jornais alternativos cobravam a restauração da democracia e o respeito dos direitos humanos, e faziam críticas ao modelo econômico.

O aparelho militar distinguia os jornais alternativos dos demais, perseguindo-os e submetendo os que julgavam mais importantes a um regime especial, de censura prévia. Em conformidade com a Doutrina de Segurança Nacional, instituída pela ideologia de guerra-fria, eram considerados pelos serviços de segurança como inimigos: “Organização de Frente” do comunismo internacional, que tinha por tarefas “isolar o governo” e “difundir o marxismo”. Algumas edições eram apreendidas, mesmo depois de passar pela censura prévia. A partir do projeto de distinção política do governo Geisel (1974-1978), os jornais alternativos tornaram-se o pivô das lutas intestinas do regime.

Existiam duas grandes classes de jornais alternativos. Alguns tinham raízes nos ideais de valorização do *nacional* e do *popular* dos anos de 1950 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis dos anos de 1960, eles alertavam os problemas do país, como o crescimento da dívida eterna e a vida dos bóias-frias. A outra classe de jornais tinha suas raízes nos movimentos de contracultura norte-americanos e, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre. Investiam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média. Também introduziram no Brasil, temáticas de contracultura. (KUCINSKI, Bernardo. 1991. *Jornalistas e Revolucionários Nos tempos da imprensa alternativa* P. 5)

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsiva: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. Compartilhavam, em parte, um mesmo imaginário social. À medida que se modificava o imaginário social e com ele o tipo de articulação entre

jornalistas, intelectuais e ativistas políticos, instituía-se novas modalidades de jornais alternativos.

Nesse processo destacava-se a figura do líder, o jornalista-alma do projeto alternativo, isso se somava o apelo geral revolucionário das gerações de 1960 e 1970, fazendo dos jornais alternativos, primeiro instrumentos de *resistência* ou de revolução supostamente em marcha, depois, numa segunda fase, derrotado esse apelo, caminho de trânsito da política clandestina para a política de espaço público durante o período de abertura. Na fase final a articulação se desdobrou, abarcando parte do movimento popular de base.

Nos casos-limite, havia jornais de enraizamento partidário desde a origem e os que nasceram de impulsos estritamente jornalísticos. Mas foi tão intenso o apelo do imaginário político dos anos de 1970, que até os jornais originalmente desvinculados dos partidos, acabaram dominados pela prática partidária.

Uma parte da imprensa alternativa torna-se sucedânea de organizações políticas clássicas. Os jornais alternativos tornaram-se palco de uma realização sociopolítica, em cujos bastidores davam-se uma disputa política e ideológica permanente.

Paralelamente, alguns jornais foram concebidos em conformidade com estratégias de estados-maiores políticos. É principalmente pela sua dimensão política, como espaço da rearticulação possível de militantes de partidos clandestinos num ambiente ditatorial.

O surgimento da impressão a frio, junto de um sistema nacional de distribuição, estimulou o surgimento de jornais alternativo portadores de projetos nacionais, mas quando as vendas caíam a oito ou dez mil exemplares, devido à introdução da censura, ou ao estreitamento da linguagem, sem que a tiragem mínima necessária para uma cobertura nacional pudesse ser diminuída, esses prejuízos tornavam-se enormes.

A grande imprensa regredida, após o golpe de 1964, a funções mercantis estritas. Jornais que, na luta contra o Estado populista dos anos de 1950, chegaram a erguer um poder paralelo com os militares, à *República de Galeão*, causa principal do suicídio de Getúlio Vargas, e que, ajudaram a articular o golpe militar, sofrem uma grande inflexão no seu papel social, delegando ao Estado autoritário a tarefa de defender os seus interesses de proprietários.

Uma das respostas correntes, sobre o fim dos jornais alternativos, incorporada pelo senso comum, é a de que esses jornais faziam parte da lógica da ditadura. Sua única razão de existir era a *Resistência*. Não tinha porque sobreviver à ditadura. Subjacente a esse raciocínio está um modelo reativo de imprensa alternativa parcialmente corroborada por fatos como um sistema termodinâmico no qual a cada aumento ou diminuição da atividade alternativa. A repressão, os seqüestros de edições, a censura prévia, os processos políticos, tudo isso

precipitava crises latentes dentro dos jornais; raramente foram as causas diretas do seu fechamento. (KUCINSKI, 1991)

Com a abertura, opor-se ao governo militar deixou de ser monopólio da imprensa alternativa, a grande imprensa também passou a ter temas exclusivos da imprensa alternativa. Além disso, a grande imprensa recontrata muitos de seus jornalistas, enquanto os jornais da imprensa alternativa se esvaziavam, devido à anistia, pois muitos jornalistas puderam voltar para seus jornais e partidos, esvaziando a imprensa alternativa de sua função de espaço de realização sociopolítico.

Entretanto, a ditadura não foi à única razão de ser da imprensa alternativa. A ditadura sozinha não podia explicar a riqueza do fenômeno alternativo, com formas estratégicas próprias, que se confrontaria com o sistema dominante muito mais no campo permanente da tentativa e construção de uma contra-hegemonia ideológica do que no campo conjuntural da resistência à ditadura.

4.3.1 O exílio profissional de uma geração de jornalistas

Os primeiros jornais alternativos nasceram no vazio deixado pelo desbaratamento da imprensa vinculada ao campo popular e pelo estreitamento do espaço crítico na grande imprensa. O golpe completava um ciclo de fechamento progressivo de jornais e revistas de esquerda e de concentração de capital nos jornais convencionais, que começou em meados de 1950 com o fechamento dos jornais do partido comunista, colocado na ilegalidade, e se agravou com a política de estabilização monetária de Lucas Lopes que suprimiu o câmbio diferenciado para a importação de papel em dezembro de 1961, o que multiplicou seu preço.

À política concentracionista seguiu-se, a partir de abril de 1964, a força de repressão. Todos os veículos do campo popular, a maioria defensores das reformas de base, fecharam. Muitos de seus editores tiveram que se exilar.

Desapareceram todos os jornais dos partidos políticos de esquerda, como *Panfleto*, fundado um pouco antes do golpe, e desapareceram, também, todos os jornais e revistas estudantis, entre os quais *Movimento*. Foram também extintos diversos suplementos dominicais da grande imprensa que funcionavam como espaços alternativos virtuais.

Surgiu uma espécie de exílio profissional da geração engajada da *Senhor*, *Panfleto*, *Brasil Urgente* e outros veículos extintos, de onde viriam muitos dos principais protagonistas das primeiras fases da imprensa alternativa dos anos de 1970. (KUCINSKI, 1991).

Além do fechamento de todos esses espaços, o golpe de 1964 destruiu o grande veículo de massas voltado ao campo popular, engajando dezenas de jornalistas de espírito crítico, a cadeia *Última Hora*, criada por Samuel Wainer em 1951. Primeiro jornal de caráter nacional, *Última Hora*, com sua linha populista, concorria com as esquerdas na captura do imaginário popular. Mas, para as famílias tradicionais, donas da grande imprensa, era o inimigo que as havia derrotado em quatro esferas: no campo ideológico, ao quebrar com sua linha populista e nacionalista, a homogeneidade do discurso da grande imprensa; no campo formal, ao revolucionar o jornalismo diário brasileiro; no campo mercadológico, ao atrair o maior público de leitor das grandes cidades; e no campo institucional, ao abocanhar favores ao Estado, antes exclusivos dessas famílias.

O assédio ao *Última Hora* começou com a crise de 1953, forçando Samuel Wainer a um exílio inusitado para época. Na crise de 1963, as famílias proprietárias da grande imprensa lançaram *Notícias Populares*, uma confrontação direta ao *Última Hora*, tentando capturar seu público com jornalismo sensacionalista e alienante. A articulação do golpe contou com a participação central da família Mesquita. A grande imprensa tinha como objetivo próprio à liquidificação do *Última Hora*. Assim, o empastelamento das redações do *Última Hora*, em abril de 1964, pode ser visto não apenas como parte das operações gerais de opressão, mas como o assalto final de uma ofensiva das oligarquias tradicionais da imprensa contra o arrivista *Última Hora*. É simbólico desse assalto a repartição dos despojos. No Rio de Janeiro, onde “os militares depredaram a redação e o jornal fechou”, *O Globo* copiou as fórmulas editoriais criadas por Samuel Wainer em *Última Hora*.

4.3.2 A utilização da sátira: humor como ação coletiva

Diferente das outras ditaduras do Cone Sul latino-americano do mesmo ciclo, surgidas sob o signo do terror, o golpe militar brasileira nasceu com um traço ridículo congênito do qual nunca se livrou. Suas primeiras ações repressivas foram mais marcadas pelo grotesco do que pelo trágico.

Algumas centenas de políticos, militares e dirigentes sindicais foram destituídos de seus direitos políticos e muitos passaram por humilhações ou tiveram que se exilar. Mas foram poucos os mortos e torturados na primeira fase do regime.

O grotesco dos primeiros dias do golpe militar desencadeou nos humoristas cariocas uma fúria criativa. Cínicos e libertários, os escritores satíricos e cartunistas desempenharam papel central na resistência à ditadura militar. Nenhuma outra categoria se opôs de forma tão

coesa. Em primeiro lugar, como diz Henfil, “o humorista tem a consciência de que só pode expressar o que sente das coisas, se tiver absoluta liberdade”. Em segundo lugar, esse humor funciona como terapia coletiva, socializando uma das principais funções psicológicas do riso, a de dissipar tensões lentamente acumuladas. Por isso, ele floresceu nos momentos anticlímax do regime: logo após o golpe, depois que o AI-5 perdeu força e no início da abertura política. (KUCINSKI, 1991)

Submetidos à persistente censura, que suprimia e mutilava originais, e à má vontade dos donos da grande imprensa, os humoristas erguem uma imprensa própria, alternativa. Com ela, driblaram o poder, num exercício lúdico típico de seu ofício. Nesse jogo, foram até presos. Mas, ao contrário dos jornalistas convencionais, entre os quais prevaleceu o conformismo, não desistiram. O humor brasileiro dos anos de 1970 tornou-se um ato coletivo contra a ditadura, extravasando os limites não confrontais do humor político clássico.

Desde o início foi evitado usar caricatura, porque a caricatura ao deformar fisionomias, dissecando e expondo os traços críticos da personalidade, a caricatura individualiza o ataque, abrindo o espaço para ataques diretos. A charge foi muito mais recorrida, para qual não faltavam os ingredientes essenciais: os tipos e as situações genéricas, que o público podia identificar, gerais sobrecarregados de medalhas, agentes truculentos da polícia, os coronéis neuróticos pelo anticomunismo dirigindo Inquéritos Policiais Militares, que causavam mais riso do que terror. Tratava-se, nesse começo, de um regime ambíguo, ainda indefinido entre uma corrente civil liberal-conservadora e outra militar-autoritária.

4.3.3 O partido comunista e o núcleo democrático

No imediato pós-golpe, houve uma reação articulada das bases intelectuais do PC. Em outubro de 1965, foi lançado o semanário *Reunião*, de Ênio Silveira. No mês seguinte, foi criado a *Carta Econômica Brasileira*, de linha discreta, mas firmemente antigovernamental. Na linha de frente da resistência ao golpe, nesse período, estavam os intelectuais cariocas, jornalista e escritores. *Reunião* durou apenas três edições, “fechado pela polícia por ordem do Sr. Juracy Magalhães, ministro da Justiça do governo Castello Branco”, em seguida houve a promulgação do AI-2.

O AI-2 foi criado para conter a reação dos militares de uma nova *linha dura*, liderada pelo general Costa e Silva, a vitória de candidatos populistas nas eleições para governadores. Instituiu estado de sítio, suspenderam garantias constitucionais, dissolveu partidos políticos e cassou direitos políticos. Mudou totalmente o clima político. Isso chegou a afetar a imprensa,

como foi com *Carta Econômica Brasileira* que deixou de circular quando ainda estava no número 9. (KUCINSKI,1991)

O tablóide, *Folha da Semana*, com 16 páginas, era editado por Arthur José Poerner, redator do *Correio da Manhã*, reagrupou toda a esquerda jornalística do Rio de Janeiro. Em julho de 1966, deu-se a cassação dos direitos políticos de Arthur Poerner. Em dezembro desse ano, o jornal foi fechado por decreto presidencial e sua redação ocupada por fuzileiros navais.

Com as denúncias de torturas em Recife por Márcio Moreira Alves no *Correio da Manhã*, o caso também de tortura de Pavel Gutko em Goiás, no início de 1965, e a sucessão de atos institucionais, começou a tomar forma, no imaginário dos intelectuais e jornalistas, a face cruel do golpe. (KUCINSKI, 1991).

5 CONCLUSÃO

Através destas informações, acredito que o objetivo de mostrar a atuação da censura na imprensa e o controle que o Estado exercia sobre ela, foi concluído.

Conforme dito por Nelson J. Garcia (1990a, p. 10-11), a finalidade da propaganda ideológica é formar as idéias dos indivíduos e, dessa forma, orientar o comportamento da sociedade. As idéias difundidas nem sempre mostram de onde vêm e o que buscam. Por trás dessas propagandas, existem grupos que necessitam de ajuda de outros para a concretização de seus intentos, e com esse objetivo, tentam persuadi-los. Com isso é possível afirmar que meios de comunicação em massa são usados como canais de difusão ideológica.

Censura e propaganda estiveram fortemente ligadas, isto porque a atividade de controle, ao mesmo tempo em que impediam a divulgação de certos assuntos, impunham a transmissão de outros, na forma adequada aos interesses defendidos pelo Estado. A censura se reproduzia automaticamente através da autocensura. O rigor das penalidades determinava que os responsáveis pelos meios de comunicação procurassem evitar a divulgação de qualquer notícia ou artigo que desagradasse o regime.

No período de 1964 ate 1968, a forma mais comum de controle de informações e o telefone para as redações de jornais impedindo a divulgação de notícias. Mas é principalmente a partir da edição do AI-5 que a ação da censura é mais contundente.

A censura agia por meios de telefonemas ou bilhetes enviados às redações ou por meio da censura prévia, normalmente porque o jornal se recusa a aceitar as ordens ou por ter o entendimento de que seria preciso maior controle de determinado veículo. Neste caso, foram instalados censores nas redações e que eram encarregados de vetar, integral ou parcialmente, as matérias, antes de sua publicação.

Se inicialmente a censura ficou a cargo do exercito, posteriormente passa a ser de responsabilidade do Ministério da Justiça e, por fim, da Polícia Federal.

Quanto à aparência legal, a única tentativa de regulamentação do exercício da censura prévia ocorre com a introdução de adendos ao Artigo 153, § 8º, da constituição de 1967. Esses adentos são introduzidos pelo decreto-lei nº 1077 de 26 de janeiro de 1970. A parte final estabelece que "não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias a moral e aos bons costumes". O decreto relaciona eventuais proibições a "um plano subversivo que põe em risco a segurança nacional" e dava a tarefa ao Ministério da Justiça e a Polícia Federal, por meio do Conselho Superior de Censura e do Juizado de Menores, de fiscalizar as publicações, podendo inclusive determinar a busca e apreensão de todos os exemplares.

Existiu, no período posterior ao AI-5, muito mais autocensura nos órgãos de imprensa do que censura prévia. Decide-se não publicar específicos assuntos. Obedecendo a "ordens superiores" extremamente vagas que estão mais no imaginário dos jornalistas, do que efetivamente na ação dos detentores do poder. Mas, mesmo naquelas publicações em que há efetivamente censura - *O Estado de São Paulo*, o *Jornal da Tarde*, a *Tribuna da Imprensa*, a revista *Veja*, além dos jornais da chamada imprensa alternativa como *O Pasquim* e *Opinião* -, a ação é diversa, variando de censor para censor.

O movimento generalizado de autocensura na grande imprensa, do qual participam, não apenas os proprietários dos jornais, mas também os jornalistas, mostra que existe um grau muito elevado de adesão dos meios de comunicação. A imprensa foi complacente ou ignorou a sistemática ação repressora, que resultou na morte de milhares de pessoas nas dependências militares do regime. Constituiu também em unísono um discurso que destacava os "milagres" econômicos do período e negava o empobrecimento da população. Ampliou também as glórias esportivas nacionais como se fossem de toda a população.

Uma das respostas comuns, sobre a razão do fim dos jornais alternativos, é que esses jornais faziam parte da lógica da ditadura. Sua única razão de existir era a *Resistência*. Não tinha razão para sobreviver à ditadura. Subjacente a esse raciocínio está um modelo reativo de imprensa alternativa parcialmente confirmada por fatos como um sistema termodinâmico no qual a cada aumento ou diminuição da atividade alternativa. A repressão, as invasões de edições, a censura prévia, os processos políticos, tudo isso precipitava crises latentes dentro dos jornais; raramente foram as causas diretas do seu fechamento. (KUCINSKI, 1991)

Com a abertura, ser contra ao governo militar deixou de ser monopólio da imprensa alternativa, a grande imprensa também passou a ter temas, que até aquele momento, eram exclusivos da imprensa alternativa. Além disso, a grande imprensa recontrata muitos de seus jornalistas, enquanto os jornais da imprensa alternativa se esvaziavam, devido à anistia, pois muitos jornalistas puderam voltar para seus jornais e partidos, esvaziando a imprensa alternativa de sua função de espaço de realização sociopolítico.

Entretanto, a ditadura não foi à única razão de ser da imprensa alternativa. A ditadura sozinha não podia mostrar o que foi o fenômeno alternativo, com formas estratégicas próprias, que se confrontaria com o sistema dominante muito mais no campo permanente da tentativa e construção de uma contra-hegemonia ideológica do que no campo conjuntural da resistência à ditadura.

Deu-se tal convivência entre a grande imprensa e o governo do general Médici, observa Beatriz Bissio, que o regime militar nunca precisou criar seu próprio veículo de

persuasão. Frequentemente, os jornais resvalavam para o apoio ao regime, indiscriminadamente os chamados *terroristas*. Do governo Médici ao início do governo Geisel, a imprensa convencional calou-se, como regra, com exceção de Hélio Fernandes, da *Tribuna da Imprensa*, que enfrentou quase 10 anos de censura prévia, sem desobedecer ou negociar com o censor.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Felipe. Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). In: História Brasileira, 2010. <http://www.historiabrasileira.com/era-vargas/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip/>. 26 de outubro de 2011.

BAREL, Moisés Stefano. A propaganda ideológica sobre Ernesto Geisel na imprensa do Brasil. In: ERNESTO GEISEL E A IMPRENSA DO BRASIL: A propaganda ideológica sobre o quarto Presidente do Regime Militar brasileiro (1964-1985), entre sua “eleição” e posse. São Bernardo do Campo/SP, 2007.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Revista Brasileira de História. São Paulo : ANPUH, 2004 . volume 24. n 47.

GARCIA, Néelson Jahr. Estado Novo Ideologia e Propaganda Política. 1999.

GOMES, Ângela de Castro. Estado Novo: Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

GOULART, Silvana. Sob a Verdade Oficial – Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.

KOSHIBA, Luiz e PERERIRA, Denise Manzi Frayze. História do Brasil no contexto da história ocidental. ATUAL EDITORA, São Paulo, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa; Editora página Aberta Ltda., 1991.

MARTINS, Ricardo Constante. Ditadura Militar e Propaganda Política: A Revista Manchete Durante o Governo Médici. São Carlos - SP, 1999.

SELANO, Alyne Mendes Fabro. Getúlio Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda: Como Moldar Opiniões Diante das Páginas de uma Revista?. In: história e história, 2010. 26 de outubro de 2011.

PEREIRA, Débora Eveline, ADORNO-SILVA, Dulce Adélia. A propaganda no regime militar. Campinas – 2008.